

RELATÓRIO E CONTAS 2000



GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

• Portugal • Alemanha • Espanha • França • Luxemburgo • Reino Unido • Suíça • Argentina • Brasil • Estados Unidos • México • Venezuela • África do Sul • Cabo Verde • Moçambique • S. Tomé e Príncipe • República Popular da China – Hong Kong - Macau • União Indiana • Ilhas Cayman • Timor Lorosae

Índice

	páginas
Conjuntura Económica Financeira – Internacional	3
Conjuntura Económica Financeira – Nacional	4
Sistema Financeiro	6
Analise da Actividade do Banco	7
O ano em resumo	7
Indicadores	8
Balanço	10
Áreas de Negócios	11
Organização e Recursos Humanos	12
Órgãos Sociais	13
Estrutura Accionista	14
Demonstrações Financeiras	15
Demonstração de Resultados a 31 de Dezembro	17
Balanço a 31 de Dezembro	18
Proposta de Aplicação de Resultados	19
ANEXOS:	
Comparação da actividade em 1999 com a actividade em 2000	20
Balanço a 31 de Dezembro	21
Demonstração de Resultados a 31 de Dezembro	22
Notas às Demonstrações Financeiras	22
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	

Conjuntura Económica – Financeira

Internacional

O ano 2000 registou alguma melhoria da situação económica mundial, apesar do aumento de 57,9% do preço do petróleo "brent". O preço "spot" médio do "brent" situou-se, em Dezembro, nos 25,12 dólares por barril, colocando de novo as oscilações do preço desse produto no centro das preocupações da economia mundial.

A economia americana teve uma taxa de crescimento do PIB na ordem dos 5,2%. A sua taxa de desemprego continuou a baixar atingindo 4% e Dezembro, contra 4,2% em Dezembro de 1999. A evolução da economia americana, com o apresentar de indicadores favoráveis durante a maior parte do ano 2000, continuou a marcar significativamente os mercados mundiais, no entanto, já no último trimestre do ano, com a publicação de alguns indicadores menos favoráveis, começaram a surgir receios que em 2001 a economia americana pudesse atravessar um período de arrefecimento, após uma fase de 10 anos de um crescimento recorde.

A economia europeia apresentou um crescimento significativo em quase todos os países, induzido pelas exportações e por uma forte procura interna. Na zona do Euro o PIB cresceu 3,4%, a taxa de desemprego situou-se nos 8,8% e o índice de preços do consumidor fixou-se nos 2,9% (dados do MF/DGEP de Portugal, referentes a Novembro de 2000).

No que respeita a Portugal, país particularmente importante para Cabo Verde devido ao Acordo de Cooperação Cambial por ambos assinado, atingiu um crescimento de 3%. Neste país o nível de desemprego e a taxa de inflação média anual continuam a sofrer descidas históricas com o primeiro a rondar 4% e o segundo 2,9%.

A economia nipónica manteve um fraco desempenho, com o consumo privado em queda, apesar das medidas adoptadas pelo Governo, de incentivo ao aumento da procura e do consumo privado. O PIB cresceu apenas 1,4% no ano 2000.

No continente Africano continuou a verificar-se uma situação de desequilíbrio económico e financeiro, em grande medida resultante da instabilidade política e das guerras civis constantes. O peso da sua economia a nível mundial continua insignificante, pelo que Cabo Verde mantém poucas relações económicas com os países vizinhos do continente.

Conjuntura Económica – Financeira

1. Nacional

As eleições autárquicas de Fevereiro e os preparativos para as eleições legislativas e presidenciais efectuadas em 14 de Janeiro e 25 de Fevereiro de 2001, respectivamente, marcaram o ano 2000. Tratou-se portanto de um ano de fim de ciclo político, que teve reflexos a nível da gestão macro-económica do país.

Em 2000 terminou o processo de conversão da dívida interna em Títulos Consolidados de Imobilização Financeira, Trust Fund, o que contribuiu para a diminuição da Dívida Interna.

A economia cabo-verdiana registou em 2000 uma taxa de crescimento real do PIB, até Novembro, na ordem dos 8,4%, segundo dados do BCV. Esse dinamismo deveu-se ao forte crescimento da procura interna causado fundamentalmente pelo aumento do consumo público (11%) e ao investimento público (10%). Este aumento da procura fez com que as importações aumentassem 7,8%, contribuindo assim para o aumento do défice da BTC/PIB.

Considerando que 2000 foi o ano de fim de ciclo político, é natural que se verifique alguma diminuição do consumo e investimento público em 2001, o que poderá vir a influenciar negativamente o crescimento do PIB.

A inflação teve um comportamento que ultrapassou a previsão do Orçamento do Estado, pois acabou por se registar uma deflação na ordem dos -2,4%. A descida dos preços dos bens alimentares e bebidas foi determinante, reflectindo não só o facto da produção agrícola ter sido bastante satisfatória nos últimos dois anos, como também a estabilidade de preços dos produtos importados. Porém, é de se esperar uma inversão em 2001, face a potenciais aumentos do preço dos derivados do petróleo, pois que o Estado começa a ter dificuldades em continuar a subsidiar o diferencial de preços desses produtos.

A taxa de desemprego decresceu 1,7 pontos percentuais, o que está ligado à expansão do investimento público e ao aumento do investimento externo nos sectores do Turismo e Indústria.

A nível das contas externas constata-se a continuação do agravamento do défice da Balança de Transacções Correntes, o que se deve em grande medida ao aumento em valor das importações de combustíveis provocado pela forte subida do preço do petróleo.

No terceiro trimestre de 2000, o saldo acumulado da balança de capitais e de operações financeiras é de apenas 1.079,6 milhões de CVE. A manter-se essa tendência este saldo ficará muito aquém do valor registado em 1999, que foi de 12.142 milhões de CVE. Essa evolução é no entanto explicada pelo facto de que grande parte dos fluxos de investimento directo estrangeiro em 1999 estiveram orientados para a participação no programa de privatizações do sector financeiro.

No tocante à Política Cambial e dado a paridade fixa entre CVE/PTE, como consequência do Acordo de Convertibilidade assinado entre os governos de Cabo Verde e Portugal, a taxa de câmbio efectiva nominal registou algumas oscilações, reflectindo as variações do Euro em relação ao dólar, tendo o câmbio USD/CVE passado de 102,7 em finais de 1999 para 115,9 em Dezembro de 2000.

O crédito interno cresceu até Dezembro 24,8%. Para este facto contribuíram tanto o crédito ao Sector Público Administrativo bem como a titularização da diversas dívidas do Estado consolidadas junto do sistema bancário, assim como o lançamento de Obrigações no montante de 1.862,7 mil contos emitidas ao abrigo do Orçamento Rectificativo de 29 de Novembro. Este valor destinou-se fundamentalmente a cobrir dívidas do Estado face às empresas de comercialização de petróleo.

DADOS SOBRE A ECONOMIA CABO-VERDIANA

Rubricas	Unidade	Real (1999)	Previsão OGE 2000	Real (2000)
PIB Real	Variação	8,0	8,0	8,4
PIB Nominal	Milhões USD	595,7		559,6
Câmbio Médio Anual	USD/CVE	102,7		115,9
Inflação	Média Anual	4,3	2,0	(2,4)
Défice da BTC/PIB	%	(12,2)		(14,4)
Desemprego	%	25,4	23,0	21,3
Massa Monetária	Milhos Contos	36.629		41.489
Massa Monetária	V. Anual % Meses	15,2	8,27	13,3
Reservas Cambiais	Importação	3,0	7,3	1,9

Fonte BCV

2. Sistema Financeiro

No ano 2000 o sector financeiro ficou marcado pela finalização dos processos de privatização do BCA, CECV, GARANTIA e PROMOTORA.

Iniciou-se a massificação da utilização do cartão de débito Rede Vinti4 e introduziu-se os primeiros POS em regime experimental.

Foram vendidas acções do BCA e da CECV aos trabalhadores e público em geral, operações coroadas de êxito, tendo sido registadas propostas de compra muito superiores ao lote de acções disponíveis, o que resultou num encaixe bastante significativo para o Estado.

Terá sem dúvida contribuído para o êxito dessas operações o facto do próprio Sistema Financeiro ter incentivado a compra das acções, sendo no entanto de se destacar que muitos dos novos accionistas aplicaram grande parte das suas poupanças, o que é demonstrativo da sua confiança nessas empresas.

Essas operações de privatização foram extremamente importantes pois levaram a um grande aumento da participação do sector privado, fazendo com que o BCA e a CECV passassem a reunir as condições mínimas de dispersão do seu capital e assim poderem ser cotadas em Bolsa. É de referir que estas operações foram efectuadas em sessões especiais de Bolsa onde foram apresentados os resultados desse processo de privatização.

Foram também efectuadas sessões de Bolsa para a venda das acções pertencentes ao Estado das seguintes empresas : ENACOL, CVC, ELECTRA e CABO VERDE TELECOM, tendo as Instituições Financeiras participado na recolha das respectivas ordens de compra efectuadas pelos seus clientes.

Com a dispersão para breve das acções da Cabo Verde Telecom. (mais uma fase de privatização), estão reunidas as condições para o arranque do funcionamento das sessões ordinárias da Bolsa de Valores de Cabo Verde a partir do mês de Março de 2001, o que será um passo fundamental para a modernização do Sistema Financeiro cabo-verdiano.

Estamos ainda confiantes que será solicitada a cotação em Bolsa das Obrigações do Tesouro emitidas em 2001, o que permitiria uma melhor gestão da liquidez das Instituições Financeiras. Com a abertura efectiva da Bolsa será também desejável que outras grandes empresas do país passem a financiar-se através do Mercado de Capitais, como complemento do Mercado Financeiro.

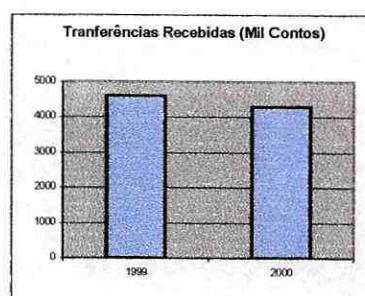
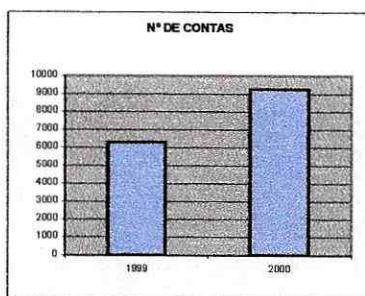
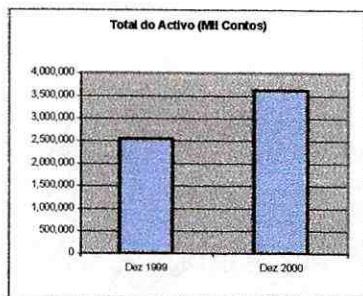
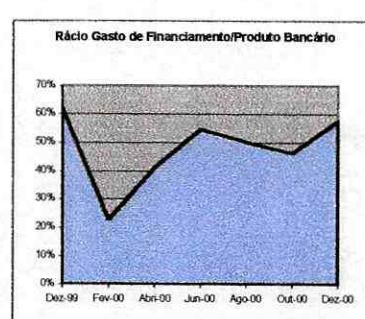
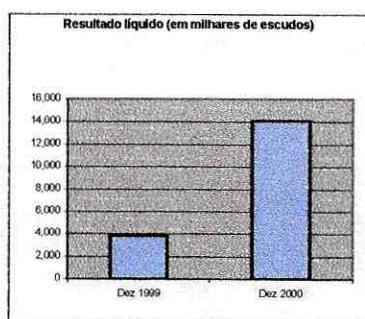
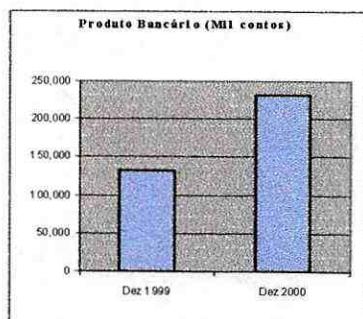
Verificou-se ainda uma alteração significativa nos meios de pagamento em Cabo Verde com a ligação dos Bancos comerciais á rede Vinti4, no seguimento do que o Banco Interatlântico vinha oferecendo com os levantamentos automáticos através de caderneta.

Análise da Actividade do Banco

O ano em resumo

Principais destaques

- ❖ Crescimento de 76,19% no Produto Bancário, o qual atingiu os 232.540 contos (em 1999: 131.985 contos).
- ❖ Aumento excepcional de 200,3% no Resultado Antes de Imposto, que se fixou nos 17.591 contos (em 1999: 5.858 contos).
- ❖ Incremento do grau de eficiência operacional, medido pelo rácio Gastos de Funcionamento/Produto Bancário (57,5% em 2000, contra 63% em 1999 e 66% em 1998), apesar dos investimentos de expansão da rede de pagamentos automáticos.
- ❖ Expansão significativa do volume de Crédito concedido (+168,7%), mantendo uma qualidade assinalável dos activos e uma política prudente de provisionamento (o crédito vencido representa uma percentagem inferior a 2,17% do Crédito Total).
- ❖ Aumento do volume de Depósitos captados (+27,13%) e pelo número de contas abertas em (em 2000 mais 2.950 contas que em 1999).
- ❖ Volume de transferências captadas do exterior com crescimento de 23% relativamente a 1999.



INDICADORES

	1999	2000	Mil CVE ^%
INDICADORES DO BALANÇO			
Activo Liquido	2.549.948	3.618.803	41,92%
Disponibilidades	1.062.027	998.780	-5,96%
Aplicações em IC's	222.100	213.540	-3,85%
Créditos S/Cientes	304.882	819.196	168,69%
Títulos	738.000	1.020.000	38,21%
Imobilizações Financeiras	10.000	310.002	3000,02%
Imobilizações Liquidas	196.240	234.725	19,61%
Debitos para C/ IC's	526	96.392	18225,48%
Depósitos de Clientes	2.160.095	2.746.023	27,13%
Capitais Proprios	303.888	317.961	4,63%
INDICADORES DE EXPLORAÇÃO			
Produto Bancário	131.985	232.540	76,19%
Cash Flow de Exploração	49.704	98.714	98,60%
Cash Flow Total	50.078	99.152	98,00%
Resultado Antes de Impostos	5.858	17.591	200,29%
Resultado Líquido	3.500	14.073	302,09%
OUTROS INDICADORES			
Nº de Empregados	45	48	0,06%
Nº de Agências	4	4	0,00%
Empregado por Agência	11	12	0,00%
Gastos Funcionamento /Produto Bancário	62,34%	57,55%	-7,69%

Os valores referentes ao exercício de 1999 incluem o custos e proveitos da actividade da anterior sucursal de cabo verde no primeiro semestre desse ano.

1. Conta de Resultados :

O Resultado líquido atingiu no final do ano os CVE 14.073 mil, que representa 6,05% do Produto Bancário, e um acréscimo em relação ao ano anterior na ordem dos 269,6%.

O Cash Flow de Exploração representa 42,45% do Produto Bancário, tendo chegado aos CVE 98.714 mil, um acréscimo de 98,6%.

As rubricas do proveitos que mais contribuíram para o resultado alcançado foram:

1. Juros e Proveitos Equiparados, com CVE 154.855 mil, que teve um acréscimo de 52,85% em relação ao ano anterior e representa 66,59% do Produto Bancário. (Nesta rubrica estão contabilizados , Juros de Crédito Interno, Juros de Aplicações em Instituições de Crédito no Estrangeiro e Juros dos Bilhetes do Tesouro em Carteira).
2. Comissões, com CVE 70.479 mil que representa 30,31% do Produto Bancário, o qual cresceu em relação a Dezembro de 1999, 85,93%. As comissões são cobradas aos nossos clientes sobretudo nas operações das áreas do estrangeiro e crédito. (Comissões por Garantias Prestadas, Comissões em Operações Cambiais e Comissões por Serviços Bancários Prestados).
3. Resultados em Operações Financeiras, com CVE 47.252 mil, representa 20,32% do produto Bancário e, apresenta um acréscimo da ordem de 111.24%.
4. Os Outros Proveitos Bancários – Outros Custos Bancários, com CVE 5.649 mil representam 2,4% do Produto Bancário, tendo crescido em relação ao ano anterior 100,17%.

A rubrica com maior relevância do lado dos custos foi Fornecimentos e Serviços de Terceiros, com CVE 78.045 mil que representa 33,56% do produto Bancário, tendo crescido em relação ao ano anterior 47,39%. A subida acentuada destes custos deve-se em parte à entrada em funcionamento da Rede Vinti4, no início do ano em análise, uma vez que o Banco liquidou à SISP por utilização dos seus serviços, em média 1.000 contos/mês.

Outras rubricas de custos com significativo peso foram :

1. Os Gastos com o Pessoal, com CVE 55.569 mil que representam 23,9% do Produto Bancário, cresceram 92,81% em relação ao ano anterior.
2. As Amortizações, com CVE 48.135 mil, que representam 23,9% do Produto Bancário, cresceram 31,26%.
3. Os Juros e Custos Equiparados, com CVE 45.697 mil, representam 19,65% do Produto Bancário e cresceu 40,9%.

4. As Provisões para Crédito e para Outros Riscos, com CVE 33.424 mil, representam 14,37% do Produto Bancário e atingiu um crescimento da ordem dos 342,8%.

2. Balanço

O volume de activos do Banco ascendeu no fim de Dezembro a CVE 3.618.803 mil, evidenciando um acréscimo de CVE 1.068.855 mil (41,92%) face ao valor registado no final de 1999.

2.2. Recursos

Os Depósitos para com Clientes, atingiram CVE 2.746.024 mil representando 27,13% do total do Activo, tendo-se verificado um acréscimo da ordem dos CVE 585.928 mil (20,94%) relativamente ao ano anterior. Os Depósitos a Prazo, representam 23,42% do total dos depósitos e são 17,77% do Activo.

A rubrica Outras Provisões no montante de CVE 33.300 mil diz respeito a provisões para riscos gerais de crédito e riscos bancários gerais e representam 0,92 do Activo.

Na rubrica Contas de Regularização, cujo total é CVE 51.969 mil, estão incluídas duas verbas, uma de CVE 24.707 mil referente a custos a pagar (comissões a pagar aos CTT, CVE 8.332 mil) e outra de CVE 26.723 mil de receitas com proveitos diferidos (de aplicações em títulos CVE 25.923 mil)

2.3. Aplicações

O Crédito sobre Clientes, atingiu CVE 819.196 mil, representando 22,64% do Activo e um acréscimo relativo a 1999 de 168,69%.

O crédito sobre clientes inclui CVE 17.788 mil de crédito e juros vencidos, os quais se encontram provisionados a 100%. O crédito vencido e não regularizado representa 2,175 do crédito total.

As Aplicações no Estrangeiro atingiram CVE 213.540 mil e são 5,9% do Activo, tendo sofrido um decréscimo em relação ao ano anterior de -3,85%.

As Aplicações em Bilhetes do Tesouro no montante de CVE 1.020.000 mil, representam 28,19% do Activo e sofreram um acréscimo em relação ao ano

anterior de 38,21%. Esta situação demonstra um intervenção relativamente elevada no mercado primário da dívida do Estado.

As Participações do Banco Interatlântico noutras Instituições de Crédito, no montante de CVE 310.003 mil (superior ao seu capital social), dizem respeito a:

1. Participação de CVE 10.000 mil, equivalente a 10% do capital social da SISP – Sociedade Interbancária de Sistemas de Pagamentos, SARL.
2. Participação de CVE 300.003 mil (valor de aquisição), nas seguintes empresas:
 - a) Banco Comercial do Atlântico, SARL, CVE 205.653 mil, equivalente a 4,97% do respectivo capital social.
 - b) Companhia de Seguros garantia, SARL, CVE 79.043 mil, equivalente a 4,35 do respectivo capital social.
 - c) Promotora – Sociedade de Capitais de risco, SARL, CVE 15.307 mil, equivalente a 3,79% do seu capital social.

Os Depósitos no Banco Central, cujo rendimento é nulo, cifram-se nos CVE 518.162 mil e representam 16,22% do Activo. Este montante inclui as reservas de caixa, 18% dos depósitos de clientes (CVE 494.284 mil).

Por ultimo, torna-se importante aludir à situação de incumprimento do rácio prudencial relativo aos Fundos Próprios do Banco Interatlântico. Esta situação, de carácter pontual, ficou a dever-se ao aumento verificado ao nível das Imobilizações Incorpóreas decorrente da expansão da rede comercial, e concretamente pela contabilização das beneficiações efectuadas nos edifícios da agência da Sede, da agência do Mindelo e da agência do Plateau. Esta situação será ultrapassada já em 2001, através de aumento do Capital Social do Banco Interatlântico.

Áreas de Negócio

1. Área Financeira e Internacional

Esta área é constituída por três Núcleos, Núcleo Financeiro 1, (NF1) - Mercado Tesouraria Central e Compensação, Núcleo Financeiro 2, (NF2) – Operações Com o Estrangeiro e Núcleo Financeiro 3, (NF3) – Crédito e Operações Gerais. O ano em análise registou, nesta área, alguma descentralização para as agências de fases de operações que estão mais dependentes do atendimento público , assim, as agências passaram a efectuar uma maior intervenção, nomeadamente no

Núcleo NF3, na organização dos processos de crédito, recolha de informações emissão de pareceres para a decisão do crédito. Por outro lado, para evitar custos e pecas de tempo desnecessárias o Agência do Mindelo passou a enviar directamente para os nossos correspondentes os cheque sobre o estrangeiro comprados nesse balcão.

De referir que o volume de transferências captadas do exterior para a economia local por intermédio do Interatlântico, apesar de terem baixado em valor continua a ser bastante significativo, para o que terá contribuído a articulação do Banco com a rede internacional da CGD. O movimento de operações com o exterior em moeda estrangeira foi igualmente bastante intenso, a nível de cheques, créditos documentários e remessas de importação. De referir que as transferências recebidas do exterior baixaram em numerário aproximadamente 7%, mas subiram em número de operações 23%.

2. Balcões

A rede comercial do Interatlântico conta com quatro agências, sendo três localizadas na Cidade da Praia, ilha de Santiago, e a outra no Mindelo, ilha de São Vicente. Durante o ano 2000 procedeu-se à criação de instruções e procedimentos administrativos, que permitiram a execução unificada nos serviços efectuados. Com o intuito de descentralizar o crédito estamos a preparar operadores de crédito nas agências para permitir uma transferência fácil, em momento oportuno, dos processos de crédito para as agências. Tem havido a preocupação de mantermos a imagem do Banco, a qual assenta sobre dois pilares, rapidez de execução e um bom atendimento aos nossos clientes.

Organização e Recursos Humanos

O Banco encerrou o exercício de 2000 com 48 empregados dos quais 37 são efectivos e 11 contrato a prazo. Para além dos empregados acima referidos o Banco funcionou com 2 coordenadores de agências dos quadros da CGD.

Neste período houve alteração para mais dois empregados.

De referir que durante o ano em análise rescindiram o contrato com o Banco três colaboradores da Área da Contabilidade e Recursos Humanos, todos com bolsa de estudo para Portugal, o que originou alguns problemas nesta área, uma vez que houve necessidade de os substituir por outros, nas sem experiência.

Também o clavicular da Agência da Achada de Santo António pediu a rescisão do contracto com o Banco a fim de emigrar para os USA, tendo sido substituído por outro colaborador. Procedeu-se ainda à reintegração dos antigos funcionários do escritório do BNU.

Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – DAVID HOPPFER ALMADA
Secretário – JOSÉ MANUEL SIMÕES CORREIA
Secretário – ALFREDO EUGÉNIO BARBOSA FERNANDES

CONSELHO FISCAL

Presidente – ANTÓNIO BARROSO DE ANDRADE
Vogal – SITA, SARL
Vogal – AGRIPEC, SARL
Suplente – VÍTOR JOSÉ LILAIA DA SILVA
Suplente – ALUCAR, SARL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente – ALBERTO MANUEL SARMENTO AZEVEDO SOARES
Vice – Presidente – TEÓFILO FIGUEIREDO A. SILVA
Administrador – ANTÓNIO MIGUEL ORNELAS AFONSO
Administrador – JOSÉ CÂNDIDO GUEDES PEREIRA
Administrador – ANTÓNIO JOSÉ NUNES

Estrutura Accionista

Designação do Accionista	Número de acções	% Capital
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	21.000	70%
Empreitel Figueiredo, S.A.R.L.	2.500	8,33%
Adega, S.A.R.L.	2.100	7%
Sita, S.A.R.L.	1.300	4,33%
Edmundo Barbosa & Filhos, Lda.	1.200	4%
Agripec, S.A.R.L.	400	1,33%
Alucar, S.A.R.L.	200	0,67%
Racan, Lda.	200	0,67%
David Hopffer Almada	300	1%
João Higino R. Silva	300	1%
Agostinho António Lopes	200	0,67%
Francisco Fortunato Amado	200	0,67%
Mário Jorge Menezes	100	0,33
	30.000	100%

Demonstrações Financeiras

Balanço a 31 de Dezembro

	Dez 1999	Dez 2000	%
ACTIVO	2,549,948	3,618,803	
Caixa e Disponibilidades em Bancos Central	534,443	644,584	20,6%
Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito	527,584	354,196	-32,9%
Aplicações em Instituições de Crédito	222,100	213,541	-3,9%
Crédito Líquido sobre Clientes	303,520	810,435	167,0%
Carteira de Títulos	738,000	1,020,000	38,2%
Participações	10,000	310,003	3000,0%
Imobilizado Incorpóreo Líquido	97,825	112,688	15,2%
Imobilizado Corpóreo Líquido	98,415	122,037	24,0%
Outros Activos	4,832	9,636	99,4%
Contas internas e de regularização	13,229	21,683	63,9%
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2,549,948	3,618,803	41,9%
Recursos de Instituições de Crédito	527	96,392	18190,7%
Depósitos de Clientes	2,160,096	2,746,023	27,1%
Outros recursos de Clientes	4,777	13,821	189,3%
Outros Passivos	35,071	355,816	914,6%
Contas de regularização	38,065	55,488	45,8%
Provisões para Riscos e Encargos	4,532	12,021	165,2%
Fundo para Riscos Bancários	2,992	21,280	611,2%
Capital Social	300,000	300,000	0,0%
Reservas	388	3,888	902,1%
Resultado Líquido do Exercício	3,500	14,074	302,1%

Demonstração de Resultados a 31 de Dezembro

	Dez 1999	Dez 2000	Mil cve
	%		
Juros e Proveitos Equiparados	101,314	154,856	52.8%
Juros e Custos Equiparados	32,426	45,697	40.9%
Margem Financeira	68,888	109,159	58.5%
Comissões Líquidas	37,906	70,479	85.9%
Resultados de Operações Financeiras	22,369	47,252	111.2%
Outros Proveitos de exploração	2,822	5,650	100.2%
Margem Complementar	63,097	123,381	95.5%
Produto Bancário	131,985	232,540	76.2%
Gastos de Funcionamento			
Custos com Pessoal	28,820	55,569	92.8%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	52,950	78,045	47.4%
Outros custos	510	211	-58.6%
	82,280	133,825	62.6%
Cash-Flow de Exploração	49,705	98,715	98.6%
Amortizações do Exercício	36,672	48,136	31.3%
Provisões para crédito vencido e outros riscos	7,549	33,425	342.8%
Resultado de Exploração	5,484	17,154	212.8%
Resultados Extra-Exploração			
Reposição de Provisões	0	249	0
Resultados Extraordinários	374	189	-49.5%
	374	438	17.1%
Resultado Antes de Impostos	5,858	17,592	200.3%
Imposto sobre lucros	2,050	3,518	71.6%
RESULTADO LÍQUIDO	3,808	14,074	269.6%
Cash-Flow Total	50,079	99,153	98.0%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 de Dezembro de 2000

	DÉBITO 2000	CRÉDITO 2000
A. CUSTOS	B. PROVEITOS	
1. Juros e custos equiparados.....	45.696.615	154.855.577
2. Comissões.....	10.053.836	64.080.705
3. Prejuízos em operações financeiras.....	4.011.737.535	0
4. Gastos gerais administrativos		
a) Custos com pessoal.....	133.614.250	0
Dos quais : (salários e vencimentos),.....	55.569.183	0
(benefícios sociais),.....	50.141.272	80.533.503
b) Outros gastos administrativos.....	5.304.851	4.058.989.583
5. Amortizações do exercício.....	48.135.980	248.542
6. Outros custos de exploração.....	1.786.879	6. Reposições e anulações respeitantes a correções de valor relativos a imobilários que tenham carácter de imobiliza- ções financeiras, participações e as partes de capital em em empresas coligadas.....
7. Provisões para crédito vencido e para outros riscos.....	33.424.721	0
8. Provisões para imobilizações financeiras.....	0	7. Outros proveitos de exploração.....
10. Resultado da actividade corrente.....	0	8. Resultado da actividade corrente.....
11. Perdas extraordinárias.....	1.038.273	9. Ganhos extraordinários.....
13. Imposto sobre lucros.....	3.518.385	10. Resultado da exploração.....
14. Outros impostos.....	211.435	11. Prejuízo de exercício.....
15. Lucro do exercício.....	14.073.542	0
		TOTAL
	4.303.291.450	4.303.291.450

O Responsável da ARC,

A Administração,

		ACTIVO	AMORTIZ. PROVISÃO	ACTIVO LIQUIDO
		ACTIVO BRUTO		
1.	Caixa e disponibilidades - Bancos Centrais.....	644.584.381		644.584.381
2.	Disponibilidades à vista s/ instituições de crédito.....	354.195.992		354.195.992
3.	Outros créditos sobre instituições crédito.....	213.540.756	0	213.540.756
4.	Créditos sobre clientes.....	819.196.843	8.761.575	810.435.268
5.	Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
a)	Obrigações e outros títulos de rendimento fixo-de emissores públicos.	1.020.000.000	0	1.020.000.000
b)	Obrigações e outros títulos de rendimento fixo-de outros emissores.....	0	0	0
	(Dos quais : Obrigações Próprias).....	0		
6.	Acções e outros títulos de rendimento variável.....	0	0	0
7.	Participações.....	310.002.999	0	310.002.999
8.	Partes do capital em empresas coligadas.....	0	0	0
9.	Imobilizações incorpóreas.....	175.140.184	62.452.309	112.687.875
10.	Imobilizações corpóreas.....	161.168.387	39.131.666	122.036.721
	(Dos quais : Imóveis de serviço próprio).....	67.111.137	6.613.336	60.497.801
11.	Capital subscrito não realizado.....	0		0
12.	Acções próprias ou partes de capital próprias.....	0		0
13.	Outros activos.....	0	0	0
14.	Contas regularização.....	27.800.731	0	27.800.731
15.	Prejuízo do exercício.....			
16.	TOTAL DO ACTIVO	3.725.630.274	110.345.550	3.615.284.724

PASSIVO	2000
1. Débitos para com as instituições de crédito	
a) A vista.....	96.392.156
b) A prazo ou com pré-aviso.....	3.627.255 92.764.901
2. Débitos para com clientes.....	3.059.847.431
a) Depósitos de poupança.....	133.600.804
b) Outros depósitos.....	2.612.422.578 2.102.693.579
ba) A vista.....	31.526.988
bb) A prazo.....	313.824.049
c) Outros débitos.....	0
3. Débitos representados por títulos.....	55.812.268
4. Outros passivos.....	51.969.837
5. Contas de regularização.....	12.021.135
6. Provisões para riscos e encargos.....	0
a) Provisões para pensões e encargos similares.....	0
b) Outras provisões.....	12.021.135
6A. Fundo para riscos bancários gerais.....	21.279.461
9. Capital subscrito.....	300.000.000
11. Reservas.....	3.888.894
12. Reservas de reavaliação.....	0
13. Resultados transitados.....	0
14. Lucro do exercício.....	14.073.542
TOTAL DO PASSIVO	3.615.284.724

O Responsável da ARC,

A Administração

Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que o Banco Interatlântico completou uma importante fase de investimento, orientada para a expansão da rede comercial e para a adequação da estrutura operativa herdada da anterior Sucursal da CGD, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido obtido, no valor de 14.073.541 escudos, depois de retiradas as reservas obrigatórias, seja integralmente distribuído pelos accionistas.

Praia, Março de 2000

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente – Alberto Manuel Sarmento Azevedo Soares

Vice-Presidente – Teófilo Figueiredo A. Silva

Vogal – António Miguel Ornelas Afonso

Vogal – António José Nunes

Vogal – José Cândido Guedes Pereira

ANEXOS

Comparação da actividade do Banco Interatlântico entre 1999 e o ano 2000.

Balanço a 31 de Dezembro

Notas		Dez 1999	Dez 2000	Mil euc %
	ACTIVO	2,549,948	3,618,803	
1	Caixa e Disponibilidades em Bancos Central	534,443	644,584	20.6%
1	Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito	527,584	354,196	-32.9%
2	Aplicações em Instituições de Crédito	222,100	213,541	-3.9%
3	Crédito Líquido sobre Clientes	303,520	810,435	167.0%
4	Carteira de Títulos	738,000	1,020,000	38.2%
5	Participações	10,000	310,003	3000.0%
5	Imobilizado Incorpóreo Líquido	97,825	112,688	15.2%
5	Imobilizado Corpóreo Líquido	98,415	122,037	24.0%
	Outros Activos	4,832	9,636	99.4%
	Contas internas e de regularização	13,229	21,683	63.9%
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2,549,948	3,618,803	41.9%
6	Recursos de Instituições de Crédito	527	96,392	18190.7%
7	Depósitos de Clientes	2,160,096	2,746,023	27.1%
7	Outros recursos de Clientes	4,777	13,821	189.3%
8	Outros Passivos	35,071	355,816	914.6%
	Contas de regularização	38,065	55,488	45.8%
9	Provisões para Riscos e Encargos	4,532	12,021	165.2%
9	Fundo para Riscos Bancários	2,992	21,280	611.2%
10	Capital Social	300,000	300,000	0.0%
10	Reservas	388	3,888	902.1%
10	Resultado Líquido do Exercício	3,500	14,074	302.1%

Demonstração de Resultados a 31 de Dezembro

Notas		Dez 1999	Dez 2000	Mil eve
				%
11	Juros e Proveitos Equiparados	101,314	154,856	52.8%
12	Juros e Custos Equiparados	32,426	45,697	40.9%
	Margem Financeira	68,888	109,159	58.5%
13	Comissões Líquidas	37,906	70,479	85.9%
13	Resultados de Operações Financeiras	22,369	47,252	111.2%
13	Outros Proveitos de exploração	2,822	5,650	100.2%
	Margem Complementar	63,097	123,381	95.5%
	Produto Bancário	131,985	232,540	76.2%
	Gastos de Funcionamento			
14	Custos com Pessoal	28,820	55,569	92.8%
14	Fornecimentos e Serviços de Terceiros	52,950	78,045	47.4%
14	Outros custos	510	211	-58.6%
		82,280	133,825	62.6%
	Cash-Flow de Exploração	49,705	98,715	98.6%
15	Amortizações do Exercício	36,672	48,136	31.3%
15	Provisões para crédito vencido e outros riscos	7,549	33,425	342.8%
	Resultado de Exploração	5,484	17,154	212.8%
	Resultados Extra-Exploração			
16	Reposição de Provisões	0	249	0
17	Resultados Extraordinários	374	189	-49.5%
		374	438	17.1%
18	Resultado Antes de Impostos	5,858	17,592	200.3%
	Imposto sobre lucros	2,050	3,518	71.6%
	RESULTADO LÍQUIDO	3,808	14,074	269.6%
	Cash-Flow Total	50,079	99,153	98.0%

Notas às Demonstrações Financeiras

1.

	Dez 1999	Dez 2000	%
Caixa e Disponibilidades	680,434	480,618	-29.4%
Caixa	152,850	126,422	-17.3%
Em moeda nacional	121,946	58,020	-52.4%
Em divisas	30,904	68,402	121.3%
Disponibilidades sobre IC's no País	37,459	782	-97.9%
Disponibilidades sobre IC's no estrangeiro	490,125	353,414	-27.9%

2.

	Dez 1999	Dez 2000	%
Aplicações em IC's	222,100	213,540	-3.9%
No País	0	0	0.0%
Depósitos à Vista	0	0	0.0%
Depósitos a Prazo	0	0	0.0%
No Estrangeiro	222,100	213,540	-3.9%
Depósitos à Vista	0	0	0.0%
Depósitos a Prazo	222,100	213,540	-3.9%

3.

	Dez 1999	Dez 2000	%
Crédito Sobre Clientes (Bruto)	304,883	819,197	168.7%
Crédito em situação normal	302,121	801,409	165.3%
De curto prazo	174,919	257,330	47.1%
De médio e logo prazo	127,202	544,079	327.7%
Crédito e Juros Vencidos	2,719	17,788	554.2%
Capital	2,227	15,312	587.6%
Juros	441	2,081	371.9%
Juros vencidos a regularizar	51	395	674.5%
Provisões para cob. Duv. e crédito vencido	1,363	8,762	542.8%
Para crédito interno de cobrança duvidosa	1,363	8,762	542.8%
Para crédito interno vencido	0	0	0.0%
Crédito Sobre Clientes (Líquido)	303,520	810,435	167.0%

4.

Mil CVE

	Dez 1999	Dez 2000	%
Carteira de Títulos (Liquidas)	738000	1020000	38.2%
Carteira de Títulos (Bruta)	738000	1020000	38.2%
De rendimento fixo	738000	1020000	38.2%
De rendimento Variável	0	0	0.0%
Provisões para depreciação de títulos	0	0	0.0%

5.

Mil CVE

	Dez 1999	Dez 2000	%
Imobilizações Liquidas	206,239	544,727	164.1%
Imobilizações Financeiras	10,000	310,003	3000.0%
Participações	10,000	310,003	3000.0%
Imobilizado Incorpóreo Líquido	97,825	112,687	15.2%
Imobilizado Incorpóreo Bruto	130,986	175,140	33.7%
Despesas de Estabelecimento	3,720	3,750	0.8%
Sistemas de Software	38,249	46,732	22.2%
Outras Despesas em Edifícios Arrendados	89,017	124,658	40.0%
Amortizações de Imobilizado Incorpóreo	33,161	62,453	88.3%
Imobilizado Corpóreo Líquido	98,414	122,037	24.0%
Imobilizado Corpóreo Bruto	118,701	161,168	35.8%
Imóveis de Serviço Próprio	49,111	67,111	36.7%
Mobiliário e Material	17,477	25,161	44.0%
Máquinas e ferramentas	5,324	6,753	26.8%
Equipamento informático	23,958	34,027	42.0%
Instalações interiores	1,706	1,810	6.1%
Material de Transporte	10,700	10,700	0.0%
Equipamento de segurança	5,873	8,003	36.3%
Outro equipamento	4,552	7,603	67.0%
Amortizações de imobilizado corpóreo	20,287	39,131	92.9%
Imobilizações em curso	0	0	0.0%

6.

Mil CVE

	Dez 1999	Dez 2000	%
Recursos de IC's	527	96,392	18190.7%
Do país			
Depósitos à ordem de outras IC	527	96,392	18190.7%
Do estrangeiro			
Depósitos a prazo de outras IC	0	0	0.0%

7.

	Dez 1999	Dez 2000	%	Mil CVE
Débitos para com Clientes	2,164,873	2,759,844	27.5%	
Depósitos de Clientes (1)+(2)+(3)	2,160,096	2,746,023	27.1%	
À ordem (1)	1,576,434	2,102,694	33.4%	
residentes	1,462,046	1,857,163	27.0%	
não residentes	58,728	141,678	141.2%	
emigrantes	55,660	103,853	86.6%	
À Prazo (2)	561,962	509,729	-9.3%	
residentes	512,445	453,254	-11.6%	
emigrantes com pré-avis	39,455	31,527	-20.1%	
não residentes	10,062	24,948	147.9%	
Poupança (3)	21,700	133,600	515.7%	
emigrantes	21,700	133,600	515.7%	
Outros Recurso	4,777	13,821	189.3%	
cheques e ordens a pagar	4,777	13,821	189.3%	

8.

	Dez 1999	Dez 2000	%	Mil CVE
Outros passivos	35,342	355,815	906.8%	
Fornecedores	28,791	53,004	84.1%	
Credores – Residentes	0	0	0.0%	
Credores - Não residentes	28,791	53,004	84.1%	
Credores diversos	1,721	-2,746	-259.6%	
Outras exigibilidades	4,830	305,557	6226.2%	

9.

	Dez 1999	Dez 2000	%	Mil CVE
Provisões diversas	7,524	33,300	342.6%	
Provisões para pensões e encargos	0	0	0.0%	
Provisões p/riscos gerais de crédito	4,532	12,021	165.2%	
Para riscos de flutuação	0	0	0.0%	
Provisões p/riscos bancários gerais	2,992	21,279	611.2%	

10.

	Dez 1999	Dez 2000	Mil CVE %
Capitais Próprios	303,888	317,961	4.6%
Capital Social	300,000	300,000	0.0%
Reservas	388	388	0.0%
Resultados transitados	0	3,500	0.0%
Resultado Líquido	3,500	14,073	302.1%
Resultado antes de imposto	5,385	17,591	226.7%
Dotação p/imposto	1,885	3,518	86.6%

11.

	Dez 1999	Dez 2000	Mil CVE %
Juros e Proveitos Equiparado	101,314	154,856	52.8%
Juros crédito concedido	33,511	68,576	104.6%
Descontos	937	2,683	186.3%
Créditos em conta corrente	9,682	11,794	21.8%
Descobertos	4,211	10,735	154.9%
Outros créditos	1,688	207	-87.7%
Empréstimos	14,436	39,117	171.0%
Créditos em conta corrente	1,919	2,590	35.0%
De crédito interno vencido	638	1,450	127.3%
Juros de Aplicações em IC's	21,105	22,199	5.2%
Juros de aplicações em IC's no país	0	978	0.0%
Juros de aplicações em IC's no estrangeiro	21,105	21,221	0.5%
Rendimentos de Títulos	46,698	64,081	37.2%
Nacionais de rendimento fixo	46,698	64,081	37.2%

12.

	Dez 1999	Dez 2000	Mil CVE %
Juros e Custos Equiparados	32,426	45,696	40.9%
Juros de Depósitos de Clientes	32426	45696	40.9%
A prazo residentes	29024	29682	2.3%
A prazo não residentes	1384	1121	-19.0%
Pré-aviso emigrantes	1562	2212	41.6%
Poupança Emigrantes	456	9025	1879.2%
Juros de Recursos de IC's	0	3656	0.0%
Juros de resp.representadas por títulos	0	0	0.0%
Outros juros e custos equiparados	0	0	0.0%

13.

	Dez 1999	Dez 2000	Mil CVE
	%		
Margem Complementar	65,561	125,166	90.9%
Comissões recebidas	46,632	80,533	72.7%
Garantias e avales	340	3,340	882.4%
Créditos documentários abertos	11,156	21,240	90.4%
Por operações cambiais	30,053	43,821	45.8%
Por serviços bancários prestados	0	3,859	0.0%
Transferência de valores	7	11	57.1%
Créditos abertos	5,076	8,262	62.8%
Proveitos de Operações financeiras	1,279,122	4,058,989	217.3%
Em divisas	1,275,160	4,032,947	216.3%
Notas e moedas estrangeiras	3,962	26,042	557.3%
Outros proveitos e lucros	5,286	7,436	40.7%
Proveitos de serviços diversos	2,603	5,629	116.3%
Reembolso de despesas	2,682	1,428	-46.8%
Outras	1	379	37800.0%
Comissões suportadas	8,726	10,054	15.2%
Prejuízos em operações financeiras	1,256,753	4,011,738	219.2%
Em divisas	1,255,976	3,987,860	217.5%
Notas e moedas estrangeiras	777	23,878	2973.1%
Total de Proveitos	1,331,040	4,146,958	211.6%
Total de Custos	1,265,479	4,021,792	217.8%
Margem Complementar	65,561	125,166	90.9%

14.

	Dez 1999	Dez 2000	Mil CVE
	%		
Gastos de Funcionamento	84,745	135,612	60.0%
Custos com pessoal	28,821	55,569	92.8%
Remuneração de Órgãos de Gestão e Fiscalização	0	12,562	0.0%
Remuneração de empregados	25,049	37,580	50.0%
Encargos sociais obrigatórios	3,656	5,303	45.0%
Outros custos com pessoal	116	124	6.9%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	52,950	78,045	47.4%
Impostos	510	211	-58.6%
Outros custos e prejuízos	2,464	1,787	-27.5%

15.

	Dez 1999	Dez 2000	Mil CVE %
Amortizações e Provisões	44,220	143,645	224.8%
Amortizações do exercício	36,671	101,583	177.0%
De imobilizações incorpóreas	22,890	62,452	172.8%
De imobilizações corpóreas	13,781	39,131	183.9%
De imóveis de serviço	1,964	6,613	236.7%
De equipamento	11,817	32,518	175.2%
Provisões do exercício	7,549	42,062	457.2%
Para crédito vencido	1,263	8,762	593.7%
Para riscos gerais de crédito	3,176	12,021	278.5%
Para riscos bancários gerais	3,110	21,279	584.2%

16.

	Dez 1999	Dez 2000	Mil CVE %
Reposições e anulações de provisões	76	249	227.6%
para riscos gerais - crédito concedido	76	249	227.6%

17.

	Dez 1999	Dez 2000	Mil CVE %
Resultados extraordinários	297	189	-36.4%
Ganhos extraordinários	398	1227	208.3%
recuperação de juros e despesas	1	40	3900.0%
outros ganhos de exercícios anteriores	397	1187	199.0%
Custos extraordinários	101	1038	927.7%
multas e penalidades legais	1	2	100.0%
perdas de exercícios anteriores	71	0	-100.0%
outras perdas extraordinárias	29	1036	3472.4%

18.

	Dez 1999	Dez 2000	Mil CVE
	%		
Resultado Antes de Impostos	5,858	17,592	200.3%
Margem Financeira	68889	109160	58.5%
Margem Complementar	65561	123381	88.2%
Produto Bancário	131985	232540	76.2%
Gastos de Funcionamento	82281	133826	62.6%
Cash-Flow de Exploração	49705	98715	98.6%
Amortizações e Provisões	44220	81561	84.4%
Resultado de Exploração	5484	17154	212.8%
Resultados Extraordinários	298	189	-36.6%
Reposição e anulação de prov	76	249	227.6%

*Domingos
Menezes
CD*

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

À Assembleia – Geral Ordinária do Banco Interatlântico, Sarl

Senhores accionistas

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, compete-nos elaborar e submeter à apreciação de V.Ex.as., o Relatório da nossa acção fiscalizadora e o nosso parecer sobre o Relatório de gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e as propostas apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2000.

1.- Relatório

- 1.1.O Conselho Fiscal no desempenho das suas atribuições, acompanhou durante o ano de 2000, a gestão e actividade do Banco, para o que:
 - 1.2.Tomou conhecimento das alterações verificadas no Conselho de Administração, quer quanto à designação de novos membros, como à saída de alguns elementos deste órgão de gestão e ainda da criação de uma Comissão Executiva, que integrando elementos da Administração, gere directamente o Banco.
 - 1.3.Tomou conhecimento das decisões de gestão, através de contactos com os membros do Conselho de Administração.
 - 1.4 .Analisou os documentos técnicos-contabilísticos e estatísticas elaborados no âmbito do sistema de informação de gestão existente no Banco.
 - 1.5 .Quando da realização da Assembleia Geral dos accionistas para aprovação das contas referente ao ano de 1999, o Conselho Fiscal manifestou a sua preocupação quanto à urgente necessidade de aumentar o capital social. Constatou-se que embora se tenha evidiado esforços no sentido da sua efectivação tal não se verificou no exercício do ano 2000. Aguarda-se que durante o exercício corrente a situação seja regularizada.

- 1.6 . Tomou conhecimento de que durante o exercício de 2000, o Banco foi auditado por uma equipa de auditores, do quadro técnico, da accionista Caixa Geral de Depósitos, que analisou o período de Junho de 1999 a 30 de Setembro de 2000. As contas do exercício findo foram auditadas pela Firma Aurtr Andersen.
- 1.7 . Fez as reuniões entendidas por necessárias, lavrando as respectivas actas.
- 1.8 . A disponibilidade e o apoio que para o desempenho das nossas funções nos foram concedidas pelo Conselho de Administração, são dignas do nosso agradecimento.

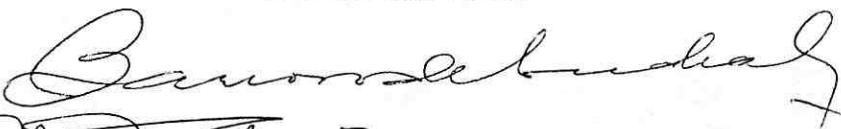
2. Parecer

- 2.1. Os critérios de gestão aplicados pela Administração e pela Comissão Executiva, determinaram que ao encerrar o exercício de 2000, primeiro ano completo de actividade, o Banco tenha reforçado o Resultado Líquido Positivo, já conseguido no anterior exercício.
- 2.2. Em conclusão e face ao que procede somos de PARECER:
 - a) que sejam aprovados o Relatório de gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e os seus anexos, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2000.
 - b) que aos resultados do exercício seja dada a aplicação proposta pelo Conselho de Administração.
 - c) que seja aprovado um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma como foi conduzida a gestão dos negócios do Banco, tornando extensivo esse voto de louvor a todos os que pelo seu zelo e dedicação contribuíram para os resultados alcançados.

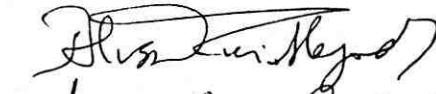
Praia, 29 de Março de 2001

O Conselho Fiscal

Presidente:



Vogal:



Vogal:



**Aos Accionistas e ao Conselho de Administração do
Banco Interatlântico, S.A.R.L.**

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – Cve.)

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Interatlântico, S.A.R.L. (Banco), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2000, a demonstração de resultados para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião, baseada na nossa auditoria, sobre estas demonstrações financeiras.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com normas de auditoria geralmente aceites, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade, utilizadas na sua preparação. Uma auditoria inclui, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras. Entendemos que a nossa auditoria proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Interatlântico, S.A.R.L. em 31 de Dezembro de 2000, bem como os resultados das suas operações para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário.

Lisboa, 15 de Março de 2001

